

RECLAMAÇÃO Nº 39.864 - DF (2020/0059693-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECLAMANTE : **UNIÃO**
ADVOGADO : **RAFAEL MONTEIRO DE CASTRO NASCIMENTO** -
DF054297
RECLAMADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO**
INTERES. : **ELIZABETH SOPHIE MAZZELLA Balsa**
ADVOGADOS : **GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETTO E OUTRO(S)** -
DF004110
ARTHUR LIMA GUEDES - DF018073
ANTONIO HENRIQUE MEDEIROS COUTINHO - DF034308

DESPACHO

Por sua relevância, **chamo à ordem**, em separado e com antecedência, a apreciação de questão preliminar suscitada pela interessada Elizabeth-Sophie Mazzella Di Bosco Balsa, tanto em seu agravo interno de fls. 95/108 quanto em sua contestação de fls. 130/149, aduzindo a **não prevenção** deste relator para presidir a presente reclamação.

Cuida a espécie de reclamação constitucional ofertada pela União, no bojo da qual deferi **tutela provisória de urgência**, com lastro no art. 989, II, do CPC, para suspender "*a eficácia da decisão reclamada, desobrigando a União de reintegrar a ex-servidora Elizabeth-Sophie Mazzella Di Bosco Balsa até decisão final na presente reclamação*" (fl. 82).

Como dito, no agravo interno e na contestação que fez encartar aos autos, a referida interessada questiona, em modo prefacial, a distribuição da reclamação em epígrafe a este relator segundo o critério da prevenção. A tanto, argumenta que este subscritor não seria "*relator do processo principal*", como exigido pelos arts. 988, § 3º do CPC e 187, par. único do RISTJ, por isso que a reclamação deveria, ao invés, ter sido livremente distribuída, em conformidade com o que prevê o art. 69 do mesmo RISTJ. Em acréscimo, aduz que o art. 286, II, do CPC, como invocado na exordial da União, não se prestaria a respaldar a criticada distribuição por prevenção.

Esse o breve contexto em exame.

À saída, razão assiste à interessada Elizabeth-Sophie, quando acusa a impertinência dos arts. 286, II e 988, § 3º do CPC, e 187, par. único do RISTJ para

regerem, no presente caso, a distribuição por prevenção.

Antes, a prevenção deste relator se justifica a partir da diretriz contida no art. 71, *caput*, do RISTJ, que ostenta a seguinte e atual redação: "*A distribuição da ação, do recurso ou do incidente torna preventiva a competência do relator para todos os feitos posteriores referentes ao mesmo processo ou a processo conexo, inclusive na fase de cumprimento de decisão;*" (sem grifo no original).

Com efeito, reputo que a anterior distribuição, a este relator, do **MS 24.690/DF** (mencionado, aliás, no termo de distribuição de fl. 78), em que figurou como impetrante a ora interessada Sophie-Elizabeth e impetrado o Ministro das Relações Exteriores, tendo por objeto a alegada invalidade de seu ato demissório da carreira diplomática, gerou ambiente capaz de placitar a prevenção deste relator para a presente reclamação.

Nada obstante o aludido *mandamus* tenha sido extinto sem resolução de seu mérito (por pedido de desistência da autora), fato é que a nova e posterior ação ordinária por ela ajuizada, com o mesmo objeto e finalidade, perante a Justiça Federal de primeira instância em Brasília, revela, como previsto no art. 71 do RISTJ, a existência de um "*processo conexo*" com aquele *writ* anterior (**MS 24.690/DF**), sendo certo que a grafia do *caput* do mencionado art. 71, para fins de prevenção, **não** exige que a demanda anteriormente distribuída ao Ministro relator tenha sido encerrada com resolução de mérito.

ANTE O EXPOSTO, tenho por **confirmar minha prevenção** na relatoria da presente reclamação, sem prejuízo de que essa deliberação, a tempo e modo, seja submetida ao elevado crivo dos eminentes pares da Primeira Seção.

De outro giro, com os olhos voltados para o art. 6º do CPC (princípios da cooperação e da duração razoável do processo), **concito** à Advocacia Geral da União e ao Ministério Público Federal que otimizem a prática dos atos processuais a seu cargo, notadamente em razão das dificuldades pessoais relatadas pela interessada Elizabeth-Sophie.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator